

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO
Curso de Pedagogia

Magna Lima Oliveira

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL:
O ANALFABETISMO COMO UM PROBLEMA SOCIAL**

São Paulo
2023

Magna Lima Oliveira

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL:
O ANALFABETISMO COMO UM PROBLEMA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo, orientado pela Profa. Eleandra Aparecida Lelli, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

São Paulo

2023

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé, meu guia, socorro presente na hora da angústia, aos meus pais, meus filhos, irmãos e amigos presentes em minha vida, dando forças e motivos para sorrir e continuar a jornada.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecas São Camilo

Oliveira, Magna Lima

Os desafios da educação de jovens e adultos no Brasil: o analfabetismo como um problema social / Magna Lima Oliveira. -- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2023.

56 p.

Orientação de Eleandra Aparecida Lelli.

Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia (Graduação),
Centro Universitário São Camilo, 2023.

1. Alfabetização 2. Desafios 3. Educação de jovens e adultos 4.
Política social I. Lelli, Eleandra Aparecida II. Centro Universitário São
Camilo III. Título

CDD: 374.012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e transpor as barreiras.

A este centro universitário, seu corpo docente, coordenação direção e administração pelo apoio e confiança que me fizeram chegar até aqui.

A minha orientadora Prof.^a Eleandra Aparecida Lelli, pelos ensinamentos apresentados ao longo do curso e pelos conselhos que serviram para o meu aprendizado;

Aos meus pais, especialmente minha mãe (in memoriam) pelo amor, incentivo e apoio e amor incondicional.

A todos que direto e indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“O bom professor é aquele que se coloca junto com o educando e procura superar com o educando o seu não saber e suas dificuldades, com uma relação de trocas onde ambas as partes aprendem...”
Paulo Freire

RESUMO

OLIVEIRA, Magna. **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O ANALFABETISMO COMO UM PROBLEMA SOCIAL**: 2023. 56 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2023.

A presente pesquisa aborda a temática Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O analfabetismo como um problema social. A realização dessa pesquisa surgiu da necessidade de saber quais os desafios da Educação de Jovens e adultos? Por que o analfabetismo é um problema social? como objetivo provocar uma reflexão sobre os desafios da Educação de Jovens e adultos, analisando o analfabetismo como consequência das desigualdades sociais e econômicas bem como as dificuldades enfrentadas por pessoas das periferias e do sertão nordestino, que na luta pela sobrevivência não tiveram tempo nem condições de ir à escola, conseqüentemente, hoje são jovens, adultos e idosos analfabetos ou semianalfabetos. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, fundamentada na reflexão de leitura de livros, artigos, revistas e sites que abordam sobre o tema. No desenvolvimento desse trabalho constarão dois capítulos: o primeiro percorrerá pelo breve histórico da Educação de Jovens e Adultos, iniciando o trajeto com a chegada dos jesuítas ao Brasil até os dias atuais, no segundo capítulo intitulado, O Método Paulo Freire de Alfabetização e os desafios da Educação de Jovens e Adultos. Por fim, será apresentado as considerações finais a respeito do tema e seus objetivos, assim como uma breve análise acerca das aprendizagens obtidas no processo de elaboração deste trabalho. Conclui-se, portanto que o método Paulo Freire se constitui uma mudança de concepção, pois revela o princípio de que é necessário partir da realidade do educando, conhecer o mundo que o sujeito está inserido e buscar os significados na formação de um sujeito crítico e consciente de seu próprio aprendizado na busca por uma educação de qualidade que vise à formação global do educando.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, desafios; alfabetização

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos.....	12
CAPÍTULO II O Método Paulo Freire de Alfabetização.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos garantido pela Constituição Brasileira em seu artigo 205, todavia nem todo brasileiro possui condições de usufruir desse direito devido às desigualdades sociais e econômicas. (BRASIL, 1988) Há aqueles que iniciam os estudos e não permanecem e aqueles que nunca foram à escola e conseqüentemente são analfabetos ou semianalfabetos, para a escola atender pessoas que estão nessa situação com a idade de 15 anos acima foi criada a Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme a Lei de Diretrizes e Base 9394/96 no seu artigo 37, essa modalidade será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

O presente trabalho aborda a temática Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O Analfabetismo Como um Problema Social. Escolha pertinente mediante a constante preocupação do Ministério da Educação que via implantação de Programas e Ações busca o reconhecimento e a valorização da EJA no Brasil; pelas responsabilidades dos pais e, ou encarregados de educação e da própria sociedade civil. Também porque se trata de um fenômeno que causa prejuízos no campo educativo, uma vez que os Jovens que não concluem a escolaridade mínima, vão engrossar a lista de analfabetismo e vão diminuir a lista dos que concluem a escolaridade mínima.

No campo social, podemos verificar que jovens adultos e idosos que abandonam as escolas muitas vezes não são acolhidos em outras instituições, o que os leva à margem da sociedade sem ter conhecimentos dos seus direitos como cidadão.

Do ponto de vista econômico, estes estudantes vão engrossar a taxa de desemprego e são candidatos a mão-de-obra não qualificada, ganhando baixos rendimentos, dificultando desta forma o seu bem-estar familiar e social.

Diante do exposto surge uma questão: quais os desafios da Educação de Jovens e adultos? Por que o analfabetismo é um problema social? A busca pela resposta para estas questões foi determinante, na medida em que envolve uma situação com repercussões na vida pessoal e social desses jovens e adultos.

O objetivo deste trabalho é provocar uma reflexão sobre os desafios da Educação de Jovens e adultos, analisando o analfabetismo como consequência das desigualdades sociais e econômicas bem como as dificuldades enfrentadas por

pessoas das periferias e do sertão nordestino, que na luta pela sobrevivência não tiveram tempo nem condições de ir à escola, conseqüentemente, hoje são jovens, adultos e idosos analfabetos ou semianalfabetos.

O referido tema foi pensado a partir de uma experiência pessoal, que vivenciei há mais de vinte anos, a qual me fez refletir sobre as dificuldades e desafios enfrentados por aqueles que querem estudar e vivem no sertão nordestino, lugar de difícil acesso e falta de recursos, onde impera a desigualdade social e apresenta segundo o IBGE a maior taxa de analfabetismo no Brasil.

Foi intitulado de “Os desafios” porque considero desafiadora a educação de Jovens e adultos principalmente no que se refere a alfabetização, porém não é impossível atingir a meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) que propõe:

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Ir à escola pela primeira vez na fase adulta ou retornar após vários anos, realmente requer maior atenção do sistema educacional brasileiro e políticas públicas voltadas para a efetivação do direito de alfabetização do jovem e adulto. Alguns desses alunos são pais e mães, trabalham e sustentam suas famílias e buscam a conclusão dos estudos para diferentes objetivos. Uns para continuar a formação e buscar especialização em alguma área do conhecimento, outros buscam para conseguir a alfabetização, ou simplesmente uma melhor qualidade de vida.

A temática escolhida é de fundamental relevância para a educação, pois os índices do analfabetismo ainda estão muito acima do que se esperava para o decênio do Plano Nacional de Educação. A relevância da temática também se encontra na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, de 1996, no artigo 37, garantindo a continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade na idade própria.

O Ministério da Educação homologou, em maio de 2021, a Resolução n.º 01/2021, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. A homologação ocorreu após as novas diretrizes terem sido aprovadas por unanimidade no Conselho Nacional de Educação.

A EJA então não possui mais a função de suprir somente a escolaridade perdida, mas sim à função reparadora, qualificadora e equalizadora, garantida na forma na lei. (BRASIL, 2021).

É por meio da EJA que muitas pessoas encontram a oportunidade de terminar os estudos e buscar uma melhor qualidade de vida por meio do conhecimento e se preparar melhor para o mercado de trabalho, que está cada vez mais competitivo e exige uma formação continuada, adequada, trazendo então essa equidade para proporcionar também um maior desenvolvimento do país.

Também se faz necessário abordar aqui o método usada por Paulo Freire em suas obras: **Pedagogia do Oprimido e Educação Como Prática da Liberdade**, pois através deste, e das práticas e suas dialogicidades conseguiu alfabetizar muita gente em tão pouco tempo.

O ensino de Paulo Freire a respeito da alfabetização de adultos funcionou, deu muito certo e perdura até os dias de hoje, mas se faz necessário que seja realmente colocado em prática, de uma forma dialógica e dialética, que conduza o sujeito a uma verdadeira emancipação.

Além de Paulo Freire, serão utilizados o conceito de alfabetização a partir de Viviane Bastos em sua obra: **Alfabetização e políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil**. Bastos (2011, p. 1 a 165), retratando a alfabetização de adultos no Brasil e o fenômeno da exclusão social e o mercado de trabalho.

Para a realização deste estudo optou-se pela metodologia de pesquisa bibliográfica com caráter exploratório qualitativo, buscando conhecer com maior profundidade o tema, bem como proporcionar uma visão geral da realidade, através de estudos e análise teórica de livros, artigos, documentos e relatórios científicos, obtidos tanto na base física, quanto na virtual.

No desenvolvimento desse trabalho constarão dois capítulos: o primeiro percorrerá pelo breve histórico da Educação de Jovens e Adultos, iniciando o trajeto com a chegada dos jesuítas ao Brasil até os dias atuais,

No segundo capítulo intitulado, O Método Paulo Freire de Alfabetização e os desafios da Educação de Jovens e Adultos. Por fim, será apresentado as considerações finais a respeito do tema e seus objetivos, assim como uma breve análise acerca das aprendizagens obtidas no processo de elaboração deste trabalho.

Espera-se com esta pesquisa contribuir com as discussões, no que tange a respectiva temática, não apenas a título de absorção de conhecimento, mas espera-se que a referida pesquisa possa auxiliar profissionais da área educacional, bem como a experiência vivenciada e conhecimentos obtidos, possam ser norteadores de avaliação e reflexão da prática pedagógica.

1 Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos - EJA no Brasil é caracterizada pela falta de continuidade, bem como políticas públicas ineficazes e insuficientes para dar conta das necessidades do público-alvo desta modalidade e do cumprimento do direito existente na Constituição Federal de 1988. Conforme o Documento Base PROEJA-2005:

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, insuficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

1.1 A Educação no Brasil Colonial (1500 a 1822)

No Brasil Colônia a educação não ficava em primeiro plano uma vez que o Brasil era colônia de Portugal e sua principal atividade econômica era a extração do pau brasil e a prática da agricultura, o que não exigia formação, mas, mesmo assim Portugal enviou para o Brasil os Jesuítas para o trabalho missionário e pedagógico, visando converter os nativos e impedir que os colonos desviassem do catolicismo. Conforme Aranha (2006, p. 139, 140)

A educação não constituía meta prioritária, já que o desempenho de funções na agricultura não exigia formação especial. Apesar disso, as metrópoles europeias enviaram religiosos para o trabalho missionário e pedagógico, com a finalidade principal de converter o gentio e impedir que os colonos se desviassem da fé católica, conforme as orientações da Contrarreforma.

A Educação Colonial segundo Aranha (2006) divide-se em quatro momentos. O primeiro denominado fase heroica de 1549 a 1570 com o objetivo de catequizar; o segundo foi a fase de consolidação de 1570 a 1759 ocorrendo a expansão do ensino secundário nos colégios; o terceiro: as Reformas Pombalinas de 1749 a 1880 com a Instrução Pública, período em que se examina as dimensões política e social das reformas de instrução, discute os problemas envolvendo o estabelecimento de critérios para definir estratégias de ação no sistema público de educação; a quarta e

última etapa foi o período Joanino, datado de 1808 a 1828 em que ocorreu o fechamento dos colégios Jesuítas e introdução das aulas régias a serem mantidos pela coroa.

Quando o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, chegou ao Brasil em 1549, veio acompanhado por diversos jesuítas encabeçados por Manuel da Nóbrega. Apenas quinze dias depois, os missionários já faziam funcionar, na recém-fundada cidade de Salvador, uma escola “de ler e escrever”. Era o início do processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil até o ano de 1759, ocasião em que os jesuítas foram expulsos pelo marquês de Pombal. (ARANHA, 2006, p. 140)

A Educação colonial ficou sob a responsabilidade dos jesuítas por um período segundo (ARANHA, 2006, P. 140) de duzentos e dez anos; a intenção da companhia de Jesus era difundir o catolicismo, catequizar os povos indígenas e dar educação formal à elite colonizadora, a quem se oferecia uma educação humanística. Segundo Moura (2004, p. 26):

A educação de adultos teve início com a chegada dos jesuítas em 1549. Essa educação esteve, durante séculos, em poder dos jesuítas que fundaram colégios nos quais era desenvolvida uma educação cujo objetivo inicial era formar uma elite religiosa.

A Educação de Jovens e Adultos no período Colonial ficou por conta dos Jesuítas que se dedicaram na catequese dos povos indígenas e escravos, bem como no ensino das atividades agrícolas, artesanato, fabricação de instrumentos musicais e construções de templos.

Atendendo à concepção europeia, que via a instrução como um meio de disseminar o cristianismo, ameríndios que viviam no Brasil Colônia foram alfabetizados na língua portuguesa. A ação pedagógica, posteriormente, também passou a se dedicar a ensinar ofícios, normas e valores humanitários às mulheres e aos negros adultos. Nesse contexto, ao longo da história, a dominação dessa metrópole sobre a América Portuguesa se fez presente nas mais diversas áreas: econômica, institucional, política e educacional, (SAVIANI, 2000 apud ABREU; et al; 2014, p. 25)

A ordem religiosa atendendo os anseios ideológicos de Portugal perseveraram nos ensinamentos cristãos, alfabetizaram os povos indígenas na língua portuguesa, ensinaram às mulheres e aos negros adultos atividades laborais, normas e valores humanitários.

A expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, conforme Moura, (2003) marcou a primeira mudança significativa da estrutura educacional brasileira que passara então a fazer parte das obrigações do estado. Dentre as transformações ocorridas, a uniformidade da ação pedagógica, a transição de níveis escolares e a graduação, características do modelo jesuítico foram substituídas pela diversificação de disciplinas isoladas.

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas 'aulas régias', a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas. (Niskier, 2001, p. 34)

Os Jesuítas mesmo sendo expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal segundo Aranha (2006, p. 45), imprimiram de maneira marcante o ideário católico e as tradições religiosas não só entre os nativos, mas sobretudo na sociedade colonial. Ainda Segundo a autora supracitada os Jesuítas foram duramente criticados por permanecerem estagnados, ignorando as inovações conquistadas ao longo do tempo. Foram acusados de decadentes, ultrapassados e de dar mais atenção ao preparo de novos jesuítas do que à educação dos jovens.

1.2 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil Império (1822 a 1889)

A Educação no Brasil império conforme Abreu et al (2014, p. 26) tem início em 1822, ano da Independência do Brasil e terminou com a Proclamação da República em 1889. Em 1822, o que era “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” tornou-se, oficialmente, “Império do Brasil”, o qual estabeleceu como forma de governo uma monarquia constitucional parlamentarista e D. Pedro I como primeiro imperador do Brasil.

Após a independência política, ocorrida 7 de setembro de 1822, a dependência econômica, no entanto, permanecia ainda sobre o domínio da Inglaterra. Essa fase, denominada de imperial, findou em 1889 com a Proclamação da República. Período longo, recheado de disparidades, no qual a conjuntura brasileira continuava amarga e a realidade da organização econômica e sociocultural do Brasil ainda permanecia muito próxima do período colonial. (SILVA; SANTOS, 2019, P. 47)

A linha cronológica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil Império é contemplada com o ensino noturno para adultos analfabetos graças à primeira

Constituição do período imperial, de 1824, Artigo 179, inciso XXXII que assegurou, no campo da lei, a formação denominada “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. (BRASIL, 1824). Apesar de não estar clara a preocupação com a EJA nesta constituição, o teor da legislação assegurava formação educacional a todos os cidadãos. Então, subtende-se que a EJA também estava contemplada na lei.

Após a promulgação da constituição de 1824 garantindo a Educação Primária gratuita a todos os cidadãos. (BRASIL, 1824). Houve a necessidade de buscar meios para dar conta de cumprir a legislação, como na Inglaterra, Joseph Lancaster havia desenvolvido um método conhecido como método Lancaster ou também método monitorial ou mútuo, conforme Pereira (2022), a busca por alternativas para oferecer a instrução elementar, levou o governo a propagar um aviso ministerial às províncias comunicando a necessidade da inserção do método Lancaster.

Com a sede do governo português no Brasil, Hipólito José da Costa de Mendonça, editor do jornal O Correio Brasiliense, publicou em 1816 um conjunto de artigos o propagando as vantagens do método para a instrução da população. Os debates em torno da implantação do ensino mútuo no Brasil foram se intensificando nos anos seguintes e quando a Constituição outorgada em 1824 instituiu a instrução primária como gratuita a todos os cidadãos, a necessidade de encontrar alternativas para levar a instrução elementar ao maior número de cidadãos levou o governo a endereçar um aviso ministerial a todas as províncias ressaltando a necessidade de propagar a instrução em escolas pelo método lancasteriano. (PEREIRA, 2022, p. 2)

Durante todo o período imperial, conforme Pereira (2022, p. 2) houve diversas discussões nas assembleias provinciais, acerca do modo como se dariam os processos de inserção das denominadas "classes inferiores" da sociedade nos processos formais de instrução.

Para atender ao direito dos cidadãos, foi publicada a Lei de 15/10/1827 que “mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império”. Art. 1º “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.” (BRASIL, 1827). Elas deveriam ser gratuitas e atender a todos, inclusive aos adolescentes e adultos analfabetos.

Esse método, baseado na obra de Joseph Lancaster, entendia também que se deveria repartir os alunos em classes segundo a ordem de seus conhecimentos e que o procedimento educacional de castigo físico deveria acabar, instituindo uma nova forma de pensar a disciplina escolar. Foi

implantado oficialmente no Brasil pela Lei de 15 de outubro de 1827, que definia, em linhas gerais, as diretrizes do ensino geral. (MENEZES, 2001, p.4)

Constatou-se que o método Lancaster não funcionou no Brasil como se esperava, pois a educação destinada às classes desfavorecida apresentava pessoas despreparadas para o exercício do magistério, bem como a falta de organização e sistematização no método empregado. Por isso em 1833, o ministro Nicolau Vergueiro apresentou um relatório recomendando que o método Lancaster não fosse multiplicado no Brasil. Segundo Freire e Paula (2013, p.13)

Em oposição a José Lino Coutinho, o ministro Nicolau Vergueiro apresentou no seu relatório de 1833 que o ensino mútuo não obteve vantagens no Brasil como em outros países, por isso recomendou que não multiplicassem as escolas com esse método, enquanto as existentes não se aperfeiçoassem. Meses depois a Assembleia Legislativa aprovou uma resolução sancionada pela regência, em nome do Imperador, solicitando a providência de cadeiras de Primeiras Letras pelo Método Mútuo nas Províncias onde há prática de ensino com o referido método.

O Ato Adicional de 1834 delegou a responsabilidade da educação básica às Províncias e reservou ao governo imperial os direitos sobre a educação das elites. Nessa estrutura, a educação da elite ficou a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias.; este, sob a responsabilidade do poder central, deveria servir de modelo às escolas provinciais. Conforme Aranha (2006, p. 235, 236.)

O golpe de misericórdia que prejudicou de vez a educação brasileira veio, no entanto, de uma emenda à Constituição, o Ato Adicional de 1834. Essa reforma descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover e regulamentar o ensino superior, enquanto às províncias (futuros estados) foram destinadas a escola elementar e a secundária. Desse modo, a educação da elite ficou a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias. A descentralização impedia a unidade orgânica do sistema educacional, com o agravante de deixar o ensino elementar para a incipiente iniciativa das províncias, com suas múltiplas e precárias orientações. Como resultado, muitos decretos e projetos de lei a apresentados às câmaras legislativas transformavam-se rapidamente em letra morta.

O Ato Adicional, lei n. 16, de 12 de agosto de 1834 emenda à Constituição, foi um duro golpe de misericórdia que prejudicou de vez a educação brasileira, pois descentralizou o ensino, atribuindo à Coroa a função de promover o ensino superior, enquanto às províncias (futuros estados) foram destinadas a escola elementar e a secundária. Desse modo, a educação da elite ficou a cargo do poder central e a do povo, confiada às províncias. (Brasil, 1834)

Em 1854 acontece a Reforma Couto Ferraz ou Regimento que através do Decreto nº 630 de 17 de setembro de 1851, aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côrte. Com a promulgação do Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Estabeleceram medidas regimentais em relação ao funcionamento dos estabelecimentos escolares, sobre seleção dos professores, bem como, as exigências sobre a formação e atuação desses, regulou os mecanismos de fiscalização do ensino público e privado. A criação de diretrizes educacionais e a fiscalização do ensino podem ser relacionados ao processo de consolidação do Estado baseado na civilização e na garantia da ordem. (BRASIL, 1854, p. 45-72).

O Regimento de 1854 (BRASIL, 1854) destinava a escolarização à população livre e vacinada sem doenças contagiosas, refletindo a preocupação em aparentar civilização. Os cativos eram proibidos de matricularem nas escolas públicas, estas não eram oferecidas a qualquer povo e previam a criação de salas especiais para os adultos; Conforme Santos e Santos, (2019, p.9)

utilizavam a instrução popular como instrumento de controle social. Através de falsas demonstrações de interesse com a educação do povo, a elite garantia o contínuo domínio da situação política e econômica do país, como também extirpava possíveis revoltas, as quais atrapalhavam seus ideais repressivos.

A Lei Saraiva, de 1881, que determinava eleições diretas, foi a primeira a colocar impedimentos, ao lado de outras restrições, como a de renda, aos votos dos analfabetos, reforçando a concepção do analfabeto como ignorante e incapaz. Conforme o Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881.

O Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que teve como redator final o Deputado Geral Rui Barbosa, também ficou conhecido como "Lei Saraiva". Deveu-se tal denominação à homenagem feita ao José Antônio Saraiva, Ministro do Império, que foi o responsável pela primeira reforma eleitoral do país. O referido decreto [...], proibiu o voto de analfabetos, além de ter adotado eleições diretas para todos os cargos eletivos do Império: senadores, deputados à Assembleia Geral, membros das Assembleias Legislativas Provinciais, vereadores e juizes de paz. Estabeleceu ainda que os imigrantes de outras nações, em particular a elite de comerciantes e pequenos industriais, e os que não fossem católicos, religião oficial do Império, poderiam se eleger, desde que possuísse renda não inferior a duzentos mil réis. [...] Na primeira eleição sob o império da lei Saraiva, em 31 de outubro de 1881, compareceram 96.411 eleitores, para um eleitorado de 145.296, menos de 1,5% da população e menos de 1%, se considerados os eleitores comparecentes. [...] (BRASIL, 1881).

1.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL REPÚBLICA

A Educação republicana brasileira iniciou em 1824 quando D. Pedro proclamou a independência do Brasil e outorgou a primeira Constituição do Brasil que no artigo 179 inciso XXXII reza sobre: “. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.” Neste período, grande parte das províncias formulou políticas de instrução para jovens e adultos. (BRASIL, 2024).

O ensino para adultos, conforme Gondra e Schueler (2008, p. 69) poderia ser ministrado pelos professores que se dispusessem a dar aulas noturnas de graça, fazendo parecer que este era uma missão; foi criada uma espécie de rede filantrópica das elites para a "regeneração" do povo. Pretendia-se, através da educação, civilizar as camadas populares, vistas como perigosas e degeneradas.

(...) nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo a partir do processo de independência política e em meio às disputas em torno de diversificados projetos da construção da nação, emergiram grupos e agremiações dispostas a promover a instrução e a educação. (...) Essas associações promoveram a aproximação entre pessoas que pontilhavam ideias e interesses comuns, como por exemplo, os clubes e grêmios abolicionistas e republicanos, que disseminaram por várias cidades e regiões do Império, nas décadas de 1870 a 1880, congregaram indivíduos e grupos oriundos de vários setores sociais, incluindo os professores (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 69).

Em 1925 foi criado o Departamento Nacional do Ensino pelo decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 de acordo com o “Art. 1º. Fica creado o Departamento Nacional do Ensino, Directamente subordinado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores”. Este decreto reformulou a educação em todos os seguimentos, principalmente quando se refere a Educação de Jovens e Adultos com a criação de escolas noturnas de ensino primário no Art. 27. “Poderão ser creadas escola nocturnas, do mesmo carater, para adultos, obededecento ás mesmas condições do art. 25.” (BRASIL, 1925)

O Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925 expressa claramente em lei, a criação de escolas noturnas para os adultos, utilizando o mesmo parâmetro do Art. 25 referente às normas do ensino primário, incumbindo o Conselho Nacional de ensino a organização do regimento interno e assuntos referentes ao ensino geral, conforme Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, Art. 19: (BRASIL, 1925).

Art. 19. O Conselho Nacional de Ensino, uma vez installado, organizará o seu regimento interno, celebrará sessões plenarias, quando se tratar de assumptos relativos ao ensino em geral ou quando para isso seja convocado

pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ou pelo director do Departamento Nacional do Ensino, por si ou a requerimento de cinco membros do mesmo Conselho.

Em 16 de julho 1934 (BRASIL, 1934) é promulgada a nova Constituição (a segunda da República) dispõe, pela primeira vez, que “a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos”.

Art. 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. (BRASIL, 1934)

A Constituição de 1934 (BRASIL, 1934) surge em um momento de intensas transformações políticas, sociais e econômicas, além de educacionais. Cria-se o Ministério da Educação e Saúde, em 1930, trazendo reformas na educação em diversos Estados da Federação e se lança o Manifesto dos Pioneiros pela Educação, em 1932, inaugurando a Escola Nova no país, o que claramente se reflete na redação da Constituição (VENÂNCIO FILHO, 1989).

A Carta de 1934 traz dezessete artigos específicos sobre educação, dos quais onze estão, pela primeira vez, em capítulo próprio abordando o tema: Capítulo II, da educação e da cultura. A educação volta a ser “direito de todos” e deve ser provida pela família e pelos poderes públicos (BRASIL, 1934).

Em 1940 a Educação de adultos se instaura como política educacional e se detecta um alto índice de analfabetismo, conforme Costa (apud ABREU et al, 2014, p. 27)

No decorrer do II Império (1840-1889), algumas regiões do Brasil passaram por um processo de expansão das áreas urbanas e de conseqüente modernização. Assim, a organização social passa a exigir comportamentos adequados às relações que se estabelecem nas cidades, a leitura e a escrita, as quatro operações matemáticas, o sistema métrico decimal e o sistema de pesos e medidas, além de uma série de normas de condutas higiênicas e morais. A instituição escolar assume a responsabilidade de ser a mediadora que possibilitará aos sujeitos a inserção na incipiente sociedade moderna. Nessa conjuntura, parte da população passa a reivindicar o direito à escolarização, enquanto outra rejeita o sistema formal de educação.

Houve a ampliação da educação em relação à leitura, a escrita, as quatro operações matemáticas, o sistema métrico decimal e o sistema de pesos e medidas, o que trouxe avanços importantes no ensino de adultos.

Em 1945 com a criação da UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 04 de novembro de 1946, conforme HISTÓRIA DA UNESCO NO 70º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO pela Rede das Escolas Associadas PEA em 2015. (UNESCO, 1945).

A UNESCO foi fundada em 1945 para desenvolver "a solidariedade mundial e intelectual da humanidade" com a finalidade de construir uma paz duradoura. Esse trabalho pioneiro contribuiu para, gradativamente, as pessoas irem transformando sua forma de compreender e se relacionar, umas com as outras em nosso planeta. 1 Em seus primeiros anos, a UNESCO ajudou a reconstruir escolas, bibliotecas, museus e fundações educativas que haviam sido destruídas na SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, além de se constituir como fórum de intercâmbios de ideias e conhecimentos científicos. (UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.)

A UNESCO é a responsável por marcar e organizar as Conferências Internacionais da Educação de Jovens e Adultos a cada dez ou doze anos, conferências, essas, voltadas a reflexão, sistematização e diretrizes para a Educação de Jovens e Adultos. (UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.)

As Conferências Internacionais de Educação de Adultos são convocadas pela UNESCO periodicamente, a cada dez ou doze anos: a primeira ocorreu em Elsinore, na Dinamarca, em 1949; a segunda transcorreu em Montreal, no Canadá, em 1960; a terceira realizou-se em Tóquio, no Japão, em 1972; a quarta foi sediada em Paris, em 1985. (UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.)

As Conferências Internacionais da UNESCO de Educação de Adultos foram, de muitas formas, palco para mostrar essa modalidade como sinais de saltos para adiante. Fez notória a Educação de Jovens e Adultos conforme UNESCO, MEC (2012).

como uma forma de fechar as brechas humanitárias, políticas e sociais, seja ao centrar-se na alfabetização e na educação básica como resposta a crises sociais e econômicas em países em desenvolvimento, seja identificando a educação de adultos com a alfabetização, nos anos 1980.

A primeira Conferência Internacional da UNESCO, realizada em Elsinore, 1949. Segundo o documento da UNESCO, MEC (2012), foi intitulada simplesmente de Educação de Adultos; em Montreal, 1960 o título foi A Educação de Adultos em um Mundo Mutável, o que mostra que essa segunda conferência pretendia mostrar que a Educação de Adultos era um meio de resolver a crise social e econômica existente. A terceira Conferência de Educação de Adultos em Tóquio 1972 buscava informações

sobre cinco temas: a relação da Educação de Adultos com objetivos econômicos, sociais e políticos e com o sistema educacional, recursos financeiros, aspectos metodológicos e pessoal para a Educação de Adultos. (UNESCO, 197.)

As quatro Conferências de Educação de Adultos da UNESCO abordavam temas educacionais e dentre eles há aqueles que apareceram em todas as conferências, algumas vezes com mais ênfase, outras, mais sutilmente, às vezes de maneira inovadora, em outras, tradicional. Conforme UNESCO, MEC (2012. p. 15)), são eles:

- Alfabetização universal;
- promoção da paz e cooperação internacional;
- aceitação dos valores democráticos fundamentais;
- expansão das oportunidades de aprendizagem para todos os grupos etários;
- igualdade de direitos entre os gêneros;
- demanda pelo desenvolvimento sustentável.

A UNESCO mesmo sendo uma organização das Nações Unidas, órgão internacional do qual o Brasil faz parte. UNESCO, MEC (2012) contribuiu e muito para a Educação de Jovens e Adultos aqui no Brasil, pois ao analisar a trajetória da Educação Brasileira observa-se geralmente que o país é fortemente influenciado pelas práticas educacionais existentes em outros países como o método Lancaster na Inglaterra, a Escola Nova através dos Pioneiros da Educação dos Estados Unidos. Levando em conta que o Brasil é um dos Países associado a UNESCO, faz-se necessário a implantação de suas diretrizes a respeito da Educação.

Em 1947 a UNESCO faz uma recomendação ao Governo Gaspar Dutra para estruturar o Serviço Nacional de Educação de Adultos e a campanha nacional de Educação de adultos: Conforme Abreu et al, (2014, p. 35)

Exercendo suas “funções”, a UNESCO em 1947, recomenda ao governo Gaspar Dutra (1946-1951) a estruturação do Serviço Nacional de Educação de Adultos e o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Essa Campanha foi desenvolvida por meio do Ministério de Educação e Saúde, o qual propunha: a alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, o oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. O gestor da primeira etapa dessa campanha foi (LOURENÇO FILHO, de 1947 a 1950 p.35)

O Ministério de Educação e Saúde foi quem promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), sendo essa, a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil.

O objetivo da CEAA - a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos era levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. Foi planejada a estrutura administrativa de forma capaz a mobilizar nos estados da federação recursos administrativos, financeiros, pedagógicos e doutrinários. Segundo Paiva, (1987, p. 179)

[...] a educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, conforme o pronunciamento de Lourenço Filho: devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher, melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral.

Essa Campanha pelo Governo Federal segundo Lourenço filho, (1947 a 1950 p.35), servia para combater a marginalidade e Paiva (1987, p. 179) ratifica ao apontar a necessidade e educar o adulto para o desaparecimento do marginalismo e assim o adulto possa ajustar-se a vida em sociedade, melhorar a qualidade de vida e progredir socialmente, além de tornar-se mais eficiente no trabalho.

No final da década de 50, conforme Bastos e Hinckel, (2011, p.69) a Campanha de Educação de Jovens e Adultos – EJA foi duramente criticada, em relação às deficiências administrativas e financeiras quanto à parte pedagógica. Denunciava-se a durabilidade do ensino, bem como a superficialidade do método para a população adulta nas diferentes regiões do país. Todas essas críticas convergiam para uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico para a educação de adultos, cuja referência principal foi o educador pernambucano Paulo Freire.

As iniciativas realizadas na primeira metade do século XX denunciavam o analfabetismo presente na sociedade e as limitações do Estado em resolvê-lo, bem como a precariedade dos encaminhamentos metodológicos adotadas na alfabetização. A escola continua sendo necessária para um número maior de brasileiros, assim, o Estado percebe a necessidade de ampliar a oferta de cursos: eis o surgimento dos cursos noturnos, voltados principalmente para atender os trabalhadores. Nesse contexto, as ideias de Paulo Freire ganham força a partir da concepção de educação conscientizadora. (BASTOS; HINCKEL, 2011, P.70).

Em 1961 segundo Abreu et al (2014) tem início a campanha de alfabetização, cujo método é criado pelo pernambucano Paulo Freire, o qual propunha alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos.

A experiência, inédita no Brasil, tinha uma meta ousada: alfabetizar adultos em 40 horas de aula, sem cartilha. Mas não era só isso. Paulo Freire pretendia despertar a consciência política. Desafio lançado, Freire teve todo um contato prévio com os participantes, estudando suas realidades, as histórias de vidas e o contexto em que os aprendizes estavam inseridos. Um grupo de educadores esteve junto de Freire nesta experiência em Angicos. (BECK, 2016)

Também em 1961 é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (Lei nº 4.024/ 1961) primeira LDB que entrou em tramitação desde 1948. No artigo dessa lei 2º. diz que “A educação é um direito de todos”; no inciso II, distingue: pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família, e na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada insuficiência de meios, de modo que sejam assegurados iguais oportunidades a todos. Em relação a Educação de Jovens e Adultos essa lei diz o seguinte no Art. 31. “As empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de 100 pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos desses. (BRASIL, 1961.)

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: [...] o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; [...] condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça. (BRASIL, 1961)

Em 1962 é criado o Conselho Federal de Educação pelo Decreto nº 51.404, de 5 de fevereiro de 1962, que substitui o Conselho Nacional de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação e, ainda em 1962 é criado o primeiro Plano Nacional de Educação. Ainda em 1962 foi criado o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire. (PNE, 1962)

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa

essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos. (PNE, 1962, p.3)

1.4 A Educação de Adolescentes e de adultos - EDA como meio de controle social na Ditadura Civil/Militar (1964-1985)

O golpe militar de 1964 conforme Bastos e Hinckel (2011, p. 70) abafou o movimento de Paulo Freire e de seus seguidores que estava apenas começando e a nova gestão política influenciou diretamente todos os setores da sociedade brasileira, inclusive a educação. Para erradicar o analfabetismo foi criado pelo Governo Federal em 1970 o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL com a finalidade de alfabetizar jovens e adultos, ensinando-os a ler, escrever e as quatro operações e assim garantir a inserção desses à comunidade.

Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. (MENEZES, 2001, p.5).

Em 11 de agosto de 1971 é promulgada a lei 5692/71, no que se refere às Diretrizes e Bases da Educação Nacional, implantou o ensino supletivo para jovens e adultos, que passou a ser reconhecido como um direito de cidadania, apesar de não ser oferecido na dimensão necessária para atender à demanda então existente por este segmento de ensino. (BRASIL, 1971)

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade: a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Em 15 de dezembro de 1967, sob lei 5379, segundo Bastos e Hinckel (2011, p. 73) foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL de caráter

assistencialista e conservador, centralizava todas as atividades relacionadas à educação de jovens e adultos, Permaneceu até 1980.

Devido à falta de recursos financeiros ocasionados com a recessão ocorrida no início dos anos 80, o MOBRAL foi substituído pela Fundação Educar (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos) em 1985. O objetivo desta Fundação era mais democrático e não demandava tantos recursos como o MOBRAL (BASTOS e HINCKEL, 2011 p. 74).

Em 1985, na Nova República, no dia 25 de novembro é promulgado o Decreto Nº 91.980 que “redefine os objetivos do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, altera sua denominação e dá outras providências levando em conta que a ampliação das oportunidades de acesso e retorno à escola passa a ser a principal diretriz do programa Educação para Todos. O Mobral passa a ser denominado Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar), com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou dela saíram antes de concluírem todo o percurso escolar. (BRASIL, 1985)

Art. 1º. A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, instituída pelo Decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do artigo 4º da Lei nº 5379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente. Art. 2º. Para a consecução do objetivo previsto no artigo 1º deste Decreto, deverá a Fundação EDUCAR: I - promover a alocação dos recursos necessários à execução dos programas de alfabetização e educação básica; II - formular projetos específicos e estabelecer normas operacionais, com vistas a orientar a execução dos referidos programas; III - incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino, mediante combinação de recursos didáticos e tecnologias educacionais; IV - estimular a valorização e capacitação dos professores responsáveis pelas atividades de ensino inerentes aos programas. (DECRETO nº 91.980, de 25 de novembro de 1985).

No Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985 o MOBRAL sai de cena e dá lugar a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR. Assim, aparece pela primeira vez, em documento oficial, a terminologia “Educação de Jovens e Adultos” (EJA). A EJA surge no documento supracitado que fomenta, ao mesmo tempo, um programa de alfabetização e de educação básica, inaugurado a

partir do lema “Educação para todos”, uma nova visão, não mais a educação de adolescentes e de adultos (EDA), mas a Educação de Jovens e Adultos – EJA. (Brasil, 1985)

1.5 A Educação de Jovens e Adultos - da Nova República (1985) ao Governo Lula (2003-2010)

Fim da ditadura civil/militar e início do período da Nova República, tendo como representante o Presidente José Sarney, num momento em que o Brasil começava um processo para viver a redemocratização, e que, na história da educação, surgia uma nova etapa. Agora os educadores não precisavam mais se preocupar em emitir opiniões e pareceres a respeito de uma temática, pois não havia mais a represália do Regime Militar, o que permitia avaliar a educação brasileira e os seus problemas de uma forma mais crítica e coerente. Aranha (2006, p. 347).

Em 1985, terminou o governo militar e teve início a então chamada Nova República, ainda que pela eleição indireta de Tancredo Neves. Com a sua morte trágica — acontecimento que provocou comoção popular —, o vice José Sarney tornou-se o primeiro presidente civil desde 1964. Era pesada, no entanto, a herança da ditadura. A crise política e econômica desafiava soluções, devido à inflação, à enorme dívida externa — sob o controle do Fundo Monetário Internacional (FMI) —, ao arrocho salarial e à crescente pauperização da classe média. Vários planos de estabilização econômica tentaram — sem sucesso — mudar a moeda e congelar preços. Cresceu a pobreza, e aumentou a violência no campo e nas cidades. (ARANHA, 2006, p. 318)

A nova República sofre com vários acontecimentos: a perda do Presidente eleito Tancredo Neves, inflação, a grande dívida externa, arrocho salarial, empobrecimento da classe média e ainda a herança da ditadura. O Vice-presidente assume em meio à crise política e econômica. Implementaram vários planos para estabilizar a economia, porém todos fracassaram e conseqüentemente cresceu a pobreza e aumentou a violência no campo e na cidade.

Após as inúmeras dificuldades vivenciadas nesse período é promulgada em 5 de outubro de 1988 a nova e atual Constituição da República federativa do Brasil que traz como preâmbulo: (BRASIL, 1988)

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus...(BRASIL, 1988)

A Carta Magna de 1988 traz em seu bojo a garantia da Educação de Jovens e Adultos quando no seu Art. 205. Diz “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ao afirmar que a Educação é um direito de todos, esse direito é estendido aos Jovens e adultos. (BRASIL, 1988).

A priori no Artigo 208, da Constituição de 1988 no Inciso I – traz: Art. 208. “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;”. Esse Inciso em 1996 passa por modificação. – “I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É acrescentado os vocábulos: assegurada, sua oferta gratuita, todos. Assegurando assim o direito ao ensino a todos de maneira gratuita e alcançando aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade certa. (BRASIL, 1988).

Em 2009 a Constituição Federal de 1988 passa pela emenda Constitucional Nº 59 e o Inciso I do Art. 208 passa por mais uma modificação a saber: “I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; “. (Brasil, 1988). Torna o ensino obrigatório dos quatro aos 17 anos e ratifica sua oferta gratuita a Educação de Jovens e Adultos – EJA, pois é essa a modalidade ofertada para todos aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria. (BRASIL, 1988)

Em 1996 no Brasil a Educação de Jovens e Adultos – EJA conforme Abreu et al (2014, p. 57) ganha destaque com uma grande mobilização através de discussão em torno dessa temática. Os debates nacionais aconteceram nas várias reuniões que antecederam a V Conferência Internacional de Educação de Jovens e

adultos (CONFITEA) com o objetivo de ampliar as discussões sobre a política nacional de jovens e adultos, organizada pelo MEC em parceria com a UNESCO.

É importante citar o processo de mobilização preparatório à V CONFITEA iniciado em 1996, no Brasil, com uma série de encontros municipais, estaduais, regionais, culminando com o Encontro Nacional, realizado em Natal, em setembro de 1996. Desse processo participaram representantes das organizações governamentais, universidades e sociedade civil, visando o reconhecimento da contribuição dos diversos atores e experiências nacionais de atuação em EJA para a construção de uma política nacional (ENEJA, 1999, p. 1).

Após os acontecimentos supracitados, criaram-se, em meados da última década do século XX, no Brasil, os Fóruns Estaduais de EJA conforme o Forumeja (2013, S.P).

No Estado do Rio de Janeiro, onde inaugurou, em 1996, pioneiramente, uma nova versão de movimento social, [o Fórum de Educação de Jovens e Adultos] cuja história tem início com a convocação da [pela] UNESCO para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias à V Conferência Internacional de Adultos.

Em 20 de dezembro de 1996 é promulgada a Lei nº 9.394/96, atual LDBEN – Lei de Diretrizes Educacionais da Educação Nacional, na qual a Educação de Jovens e Adultos é Uma modalidade da Educação Básica. (BRASIL. 1996).

Acompanhando o histórico da Educação de Jovens e Adultos traçada por Abreu et al (2014, p. 1 a 135), é possível compreender os caminhos percorridos por esta modalidade até a formulação da terminologia EJA na LDBEN – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996). Percebe-se que, à medida que um projeto de lei era substituído por outro, as terminologias utilizadas para tratar esse tipo de educação também mudavam. Entre várias mudanças, a EJA na LDBEN 9394/96 resultou em uma seção e dois artigos. (BRASIL. 1996).

LDB nº 9394/96 - (BRASIL. 1996).

Art. 3º- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem **ao longo da vida.**

Art. 4º - I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos **17 (dezessete) anos de idade**, organizada da seguinte forma:

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na **idade própria**;

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de

competências voltadas ao letramento digital de **jovens e adultos**, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. **A educação de jovens e adultos** será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente **aos jovens e aos adultos**, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência **do trabalhador na escola**, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º **A educação de jovens e adultos** deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e **exames supletivos**, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os **maiores de quinze anos;**

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os **maiores de dezoito anos.**

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Em 1996 foi lançado o PAS - Programa de Alfabetização Solidária – com o objetivo de diminuir os índices de analfabetismo no Brasil. Conforme David; Furlanette (1997, p. 4) .

O programa de Alfabetização Solidária foi criado pelo Conselho da Comunidade Solidária em janeiro de 1997, com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismos entre Jovens e Adultos no País, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos, e desencadear a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos. Em novembro de 1998, foi criada a Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária, uma organização não governamental sem fins lucrativos e de utilidade pública, com estatuto próprio, que passou a ser responsável pela execução do Programa.

Em 2000 é aprovada a Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho. (BRASIL, 2000b), a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º A presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber, da Educação Profissional (BRASIL, 2000b).

Outro Documento importante para a EJA em 2000 foi o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 que teve como relator o professor Carlos Roberto Jamil Cury. Esse Parecer vem sendo considerado um instrumento de valorização da EJA, por reconhecê-la como “uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidade e funções específicas” (BRASIL, 2000a, p.5)

No Brasil, país que ainda se ressentia de uma formação escravocrata e hierárquica, a EJA foi vista como uma compensação e não como um direito. Esta tradição foi alterada em nossos códigos legais, na medida em que a EJA, tornando-se direito, desloca a ideia de compensação substituindo-a pelas de reparação e equidade. Mas ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do pleno desenvolvimento do educando. (BRASIL, 2000, p.66)

Em 2003, o governo Lula lançou o programa Brasil Alfabetizado, que dá ênfase ao voluntariado, apostando na mobilização da sociedade para resolver o problema do analfabetismo. (BRASIL, 2003)

O MEC realiza, desde 2003, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% destes localizam-se na região Nordeste. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Podem aderir ao programa por meio das resoluções específicas publicadas no Diário Oficial da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Ao analisar a história da Educação de Jovens e adultos observa-se os desafios enfrentados, pois na maioria dos períodos históricos foi marcada pela negação de direitos, falta de financiamento, falta de leis e sistematização para o funcionamento eficaz dessa modalidade da educação que é tão necessária para alcançar jovens e adultos que não conseguiram estudar na idade certa.

2. A criação do Método Paulo Freire de Alfabetização

O Método Paulo Freire, na realidade não é propriamente um método, pois segundo o Dicionário Michaelis, método é: “1- Emprego de procedimentos ou meios para a realização de algo, seguindo um planejamento; rumo. 2- Processo lógico e ordenado de pesquisa ou de aquisição de conhecimento.” A palavra método exige rigorosidade e sistematização. Segundo Bastos e Hinckel (2011, p. 110) O ‘método’ Paulo Freire foi muito mais uma filosofia para a educação, uma teoria de conhecimento do que um método propriamente dito, pois não se tratava de uma metodologia sistemática.” O que Paulo Freire Fez foi mais parecido a uma filosofia de vida, a um procedimento pedagógico, um movimento cultural, porque não se tratava de uma atividade em sala de aula ou simplesmente uma atividade que fique circunscrita ao momento do círculo de cultura.

O Termo “O círculo de cultura” segundo Dickmann, Dickmann (2020, p.58) “vem para substituir a rigidez do espaço pedagógico, especialmente da escola na década de 1950 e 1960, quando o Freire estava fazendo aquilo tudo.” O ajuntamento de adultos para Freire era um círculo de cultura, pois mesmo analfabetos possuíam um conhecimento de mundo e eram capazes de participar ativamente de assuntos complexos.

Falar do Método Paulo Freire de alfabetização é, antes de tudo, falar sobre diálogo. Pois foi por meio dele, nos Círculos de cultura, que Paulo percebeu que era possível sim tratar de assuntos complexos independentemente de os indivíduos serem analfabetos. E foi neste momento que, instintivamente, Paulo Freire idealizou uma ‘experiência’ de alfabetização com estes indivíduos, onde eles fossem agentes ativos durante todo o processo. (BASTOS e HINCKEL, 2011, p. 111)

O procedimento de Paulo Freire pode ser aplicado em qualquer área de ensino, seja matemática, física, química, Ciências sociais ou mesmo em uma discussão política ou alfabetização. Dickmann, Dickmann (2020, p. 57,58)

o Método Paulo Freire é, na verdade, uma reorganização da práxis pedagógica. A gente tem que entender isso. E o Freire nos pedia reiteradas vezes: “me reinventem”. Hoje, nós vamos apresentar para todo mundo como ele está aqui e ao mesmo ir dialogando como que nós vamos atualizando essa metodologia na prática pedagógica que nós temos hoje, independente do espaço que a gente ocupa.

Paulo Freire no último ano de Faculdade, começou a estagiar em um escritório de advocacia, mas desiste do trabalho e motivado por sua companheira Elza, se lança a novos desafios e recebe um convite de trabalho do presidente do SESI- (Serviço Social da Indústria). Logo Paulo Freire tornou-se conhecido e foi convidado pelo Presidente.

Em seu último ano de faculdade, tão logo começou a estagiar em um escritório de advocacia, no setor de cobranças, Paulo Freire desiste da carreira, antes mesmo de começá-la efetivamente. Apoiado pela companheira Elza, que já o percebia apaixonado pela educação, Paulo torna-se aberto a novos desafios, recebendo a proposta de trabalho do presidente do SESI (Serviço Social da Indústria) para integrar a Divisão de Educação e Cultura. Em 1946, Paulo Freire inicia seus trabalhos no SESI ocupando o cargo de direção do departamento de Educação e Cultura. Foi, também, neste período, que teve seus primeiros contatos com a alfabetização de Jovens e Adultos. (BASTOS e HINCKEL, 2011, p. 103)

No SESI, Paulo Freire começa a entender como se dá o processo dialógico entre as pessoas. Em uma entrevista a Beisiegel (1989) ele disse que falar para as pessoas era diferente de falar com as pessoas. Disse também que era necessário alcançar o entendimento dos trabalhadores, através da adequação da linguagem. O entendimento gerava ação, ou seja, produção. Os trabalhadores produziam mais e melhor, aprendiam e ensinavam, bem como, desenvolviam a percepção da realidade. Isso levou Freire a pensar na alfabetização de adultos, utilizando como princípio pedagógico: quanto mais próximo a palavra do universo do aluno, melhor e mais rápido ele aprenderá.

No SESI ele começou a perceber a diferença entre falar para as pessoas e falar com as pessoas. Confessou numa entrevista a Beisiegel (1989) que a preocupação inicial era basicamente adequar à linguagem para que os trabalhadores o entendessem e assim ele passaria melhor a mensagem que desejava que os outros compreendessem e colocassem em prática, mas isso, ao mesmo tempo, foi mostrando que ao aproximar a maneira de falar com o mundo dos que dialogam tinha uma dupla função, além de transmitir conhecimento também produzia novos conhecimentos e percepções sobre a realidade. Isso fez com que Freire começasse a pensar sobre como alfabetizar os adultos tomando essa possibilidade como princípio pedagógico: quanto mais próximo estiver a palavra do mundo do educando, ele aprende mais e melhor. (DICKMANN, DICKMANN 2020, p. 123)

Freire vislumbra o ato de conhecer e produzir conhecimento como meio de mudança social em um mundo tão desigual. Ao passo que o jovem e adulto se apropriem do conhecimento, serão transformados e transformarão o meio em que

vivem, sendo assim, a educação um ato político e de transformação social. Conforme Dickmann, Dickmann (2020, p. 124).

Outro avanço é que além de aprender, produzir conhecimento, este está a serviço da mudança do mundo desvelado – aqui se instaura uma inovação pedagógica importante de Freire, que é a compreensão da educação como um ato político de transformação da realidade.

Em 1962 o Método Paulo Freire de Alfabetização foi testado pela primeira vez em cinco pessoas no Centro de Cultura Dona Olegarina, no Poço da Panela no Recife-PE e em 1963 com mais de trezentos trabalhadores na cidade de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte. Essa experiência foi inédita no Brasil, tinha uma meta ousada: alfabetizar adultos em 40 horas de aula, sem cartilha. Mas não era só isso. Paulo Freire pretendia despertar a consciência política.

Desafio lançado, Freire foi a comunidade, teve um contato prévio com os participantes, estudando suas realidades, as histórias de vidas e o contexto em que os aprendizes estavam inseridos. Um grupo de educadores esteve junto de Freire nesta experiência em Angicos.

2.1 As Fases do Método Paulo Freire

O método Paulo Freire no sentido social e político desperta a cidadania e a transformação literal, primeiro, busca as palavras e seus significados como o trabalho para o lavador, por exemplo, depois busca o significado social.

Freire começa a delimitar as fases do seu Método de Alfabetização de Adultos que ficou mundialmente conhecido, que começou com uma experiência com cinco pessoas no Centro de Cultura Dona Olegarina, no Poço da Panela, no Recife-PE em 1962, depois com mais de trezentos cortadores de cana em Angicos-RN com a presença do presidente da república, Jânio Quadros, na formatura dos estudantes em 1963 e que seria replicado no Plano Nacional de Alfabetização via Ministério da Educação e que seria replicado no Plano Nacional de Alfabetização via Ministério da Educação – abortado pela Ditadura Militar em 1964, sem falar na influência de seu Método em outros processos de alfabetização que ocorreram nessa época na região nordeste do Brasil. (DICKMANN, DICKMANN 2020, p. 124)

Primeiro passo: Levantamento do Universo Vocabular. Para Freire o primeiro movimento é conhecer o mundo, o lugar onde as pessoas estão. A leitura do mundo

é o início do método em que os protagonistas são educando e educador. Conforme Dickmann, Dickmann (2020, p. 62), “Essa é a primeira fase do método: conhecer o estudante, conhecer as pessoas, conhecer o mundo. Então eu diria, em resumo, que a primeira fase, que é levantamento do universo vocabular, é a fase de leitura do mundo onde vai se trabalhar.”

Paulo Freire leva em conta a experiência, mas não a experiência de John Dewey, conforme Ferreira (2011, p.1). A experiência deweyana “é um fluxo de exploração e interação em conjunto com a Natureza”. A experiência que o procedimento de Paulo Freire leva em conta é a experiência de vida, não àquela tomada aleatoriamente, abstratamente, mas a experiência de vida local; a vivência no local, na comunidade; a vivência em comum acordo com aqueles que vão ser os seus educandos e por conta desta vivência em comum, esses educandos são educandos/educadores e o educador é um educador/educando.

Ao expressar educandos em educandos/educadores e o educador é um educador/educando não é por conta de alunos perguntarem a professora e professora ter que ensinar depois o aluno. Não é nada disso. O que faz com que o educador seja educando e o educando, educador é o processo anterior. É a vivência em comum, ambos estão imersos no mesmo processo.

O que faz com que o educador seja educando e educando seja educador, é participarem do mesmo contexto, viverem na mesma comunidade, uma vez que o educador não está fora da comunidade, ele vem para a comunidade, sente a comunidade e vive ali, participa dos mesmos acontecimentos como enchentes, falta de ônibus, violência, do pobre que não tem lanche para levar para escola. Ele está na comunidade brasileira das classes populares vivendo tudo em comum.

O Freire disse: “todo ato pedagógico é um ato político, e todo ato político é em si um ato pedagógico”, então nós precisamos compreender isso de forma pedagógica. Primeiro: o contexto do educando, que também é o contexto do educador, muitas vezes esquecemos disso, a escola onde o educando está inserido, a universidade em que ele estuda ou o movimento social que ele está conectado é o contexto concreto desse educando, mas também do educador. (DICKMANN, DICKMANN, 2020, p. 58).

Um passo muito importante é não ser alguém alheio às circunstâncias da comunidade e não ser alguém alienado das circunstâncias que depois vão ser transportadas para o círculo de Cultura de modo que o amor não seja o amor abstrato e sim, o amor pelas pessoas. Ter amor pela comunidade é gostar de estar ali, entender

que ali se vive, ali se tem uma relação amorosa com as pessoas, porque também ali se mora, também ali, o ambiente é energizado pelas flechadas que elas podem dar em cada um.

A segunda fase: seleção de palavras, dentro do universo vocabular, ou seja, são os temas geradores e tudo depende da vivência, das conversas, dos assuntos que você dialoga no bar na frente de casa na hora de pegar o ônibus na feira na hora que você visita um amigo na hora que pode estar em comunhão real, que significa o que conversar, sobre aquilo que nós fazemos, conversar sobre aquilo que nós passamos, conversar sobre aquilo que nós sofremos, conversar sobre aquilo que tem importância, que é significativo, que é filiofilos que é amizade que é amor. Todas essas ações orientam na escolha das palavras geradoras, dos temas geradores.

As palavras geradoras são instrumentos que durante o trabalho de alfabetização, conduzem os debates que cada uma delas sugere e à compreensão de mundo (que é o melhor nome para a ideia de conscientização) a ser aberta e aprofundada com os diálogos dos educandos em torno aos temas, instrumentos de debate de uma fase posterior de debate no círculo. (BRANDÃO, 1994, p.39).

O terceiro passo é a criação de situações existenciais típicas do grupo com o qual se trabalha. É a problematização, nessa hora emerge o animador do círculo de Cultura, os educadores, aqui, ali, no texto no discurso na narrativa dos temas porque ele vai simplesmente problematizar através de indagações, da maiêutica socrática que é conduzir alguém a produzir o próprio conhecimento por meio de perguntas. (GABIONETA, 2015, p.35). Através da problematização, o texto deixa de ser um texto para ser um texto problemático.

Estas situações desempenham o papel de “desafios” apresentados aos grupos. Trata-se de situações problemáticas, codificadas, que levam em si elementos para que sejam descodificados pelos grupos com a colaboração do coordenador. O debate a este propósito – como o que se leva a termo com as situações que nos proporcionam o conceito antropológico da cultura – conduzirá os grupos a “conscientizar-se” para alfabetizar-se. (FREIRE, 1979, p. 24)

O professor tradicional coloca questões, mas as questões já estão todas respondidas no livro didático, o professor freiriano não coloca questões, ele coloca problemas, mas os problemas não são colocados por ele, emergem da conversa entre

educando e educador. Conforme Bastos e Hinckel, (2011, p.114). “Esta etapa do processo de alfabetização, sob a ótica freireana, consiste na tomada de consciência, na percepção do uso social da língua e da sua importância para a transformação social.”

A Quarta fase do método: consiste na elaboração de fichas de cultura, também chamadas de fichas de descoberta. Após a escolha de palavras do contexto do educando e fazê-lo pensar sobre elas, era elaborada fichas com essas palavras. A elaboração de fichas conforme Dickmann, Dickmann, (2020, p. 68) “É o momento em que apresenta uma imagem, no caso da alfabetização que simbolizava sílabas, é conhecidíssima a palavra tijolo, e depois ela é separada “ta, te, ti, to, tu” e assim por diante, apresentando as famílias fonéticas e fonêmicas.”

A quinta fase é a da decomposição dessa realidade. Segundo o dicionário online da Língua Portuguesa Michaelis, o termo decomposição significa “separação de um todo em suas partes constitutivas.” A ficha imagem da palavra é separada em famílias fonêmicas, na fase da alfabetização.

Com a palavra tijolo faz-se a seguinte decomposição: TI = TA, TE, TI, TO, TU. / JO = JA, JE, JI, JO, JU. / LO = LA, LE, LI, LO, LU.

Para ensinar o adulto ler e escrever, ele precisa compreender que o “ta, te, ti, to, tu” está conectado com o “la, le, li, lo, lu” e a palavra luta surge dessas duas composições. Então, dentro do tijolo e composição da palavra tijolo está a palavra luta. Ou como um educando disse, ele queria uma frase, “Tu já lê”, juntando três sílabas nesse emaranhado de letras que estavam agora separadas, mas que vão se juntando no processo de alfabetização. (DICKMANN, DICKMANN, 2020, p. 69)

O Método Paulo Freire trabalha com a conscientização e transformação do ser, parte da necessidade de conhecer a realidade do educando, quem é? do que gosta? Quais palavras são significativas no mundo do educando, ao escolher as palavras geradoras, parte para a problematização, para pensar sobre a palavra, o seu significado, para que serve, que outras possibilidades são apresentadas através daquela palavra e assim cria-se o campo semântico, isto é, o significado e enredo das palavras, partindo para as imagens, para a personificação, decompõe a imagem e cria-se outras imagens, novas palavras. O educando através do método Paulo Freire vai além de codificar e decodificar, ele compreende o que lê e sabe o que representa e para que serve, desenvolve o senso crítico e a consciência política.

a alfabetização e a conscientização jamais se separam. Princípio que, de nenhum modo, necessita limitar-se à alfabetização, pois tem vigência para todo e qualquer tipo de aprendizado. A alfabetização merece destaque por ser o campo inicial do trabalho do autor, onde se encontra a maior parte das experiências, além de que é um tema da maior relevância social e política no Brasil, como em muitos outros países do Terceiro Mundo. O aprendizado das técnicas de ler e escrever ou o das técnicas de manejar o arado ou usar fertilizantes (bem como o aprendizado das ideias de um programa de ação), — enfim, todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando. (FREIRE, 1967, p.12)

Para Freire a alfabetização é um ato político, essa dimensão política da alfabetização é muito mais do que ensino de grafema e fonema muito mais do que a junção de sílabas que resulte em palavras é sobretudo a leitura de mundo que se dá por meio do acesso à linguagem escrita e falada, tecendo a história de vida de consciência política.

2.2 Os Desafios da Alfabetização da Educação de Jovens e Adultos

A alfabetização pode ser definida como o processo de aprendizagem do alfabeto, proporcionando o desenvolvimento de habilidade de leitura e escrita de forma que consigam se expressar no ambiente em que estão inseridas.

Para Freire (1983) a alfabetização é um ato criador, no qual o analfabeto apreende criticamente a necessidade de aprender a ler e a escrever, preparando-se para ser o agente desta aprendizagem. E consegue fazê-lo na medida em que a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Segundo o autor a alfabetização compreende o entendimento do que se lê e se escreve. É comunicar-se graficamente, implicando não em uma memorização mecânica das sentenças, das palavras, das sílabas, desvinculadas de um universo existencial, mas uma atitude de criação e recriação.

Para Freire (1985, p. 14), o processo de alfabetização caracteriza-se no interior de um projeto político que deve garantir o direito a cada educando de afirmar sua própria voz, pois, segundo o autor, “a alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura

de novos caminhos (...) A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra”.

Bastos e Hinckel (2011, p. 109) em sua obra **Alfabetização e políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil** apresenta 7 tópicos frasais contendo as Ideias e concepções freireanas sobre alfabetização no processo de construção do método

A Educação de Jovens e Adultos de acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar (2020) indicam os efeitos primários da pandemia da covid-19, aliada ao contexto de violação de direitos subjacente em nosso país. A EJA registrou a queda mais acentuada no número de matriculados entre todas as modalidades de educação, O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 21,8% entre 2018 e 2022 chegando a 2,8 milhões em 2022. A queda no último ano foi de 6,3%, ocorrendo de forma desigual nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 1,9% e 12,5% respectivamente. (CENSO ESCOLAR, 2022)

Os alunos estão matriculados nesta modalidade de ensino porque não conseguiram concluir os estudos na idade regular. Os Índices supracitados mostram que o número de matrículas na EJA vem caindo com o passar do tempo.

Nesta pesquisa vamos adentrar, mesmo que superficialmente, no universo da educação de jovens e adultos para tentar compreender os principais desafios desta modalidade de ensino.

O que acontece com os jovens e adultos que por algum motivo não conseguiram concluir os estudos na idade adequada. É difícil pensar num Brasil tão grande em que pessoas foram precocemente excluídas dos seus direitos educativos como as mais idosas com idade avançada que viveram numa época em que o acesso à educação era mais difícil, principalmente nas zonas rurais o que leva a percepção que além da taxa aumentar para aquelas pessoas com mais de 60 anos, também mostra as desigualdades raciais e regionais em relação às pessoas analfabetas no Brasil. Conforme Agência Brasil (2020).

Além das diferenças entre as idades, o levantamento mostra que existem desigualdades raciais e regionais na alfabetização no Brasil. Em relação aos brancos, a taxa de analfabetismo é 3,6% entre aqueles com 15 anos ou mais. No que se refere à população preta e parda, segundo os critérios do IBGE, essa taxa é 8,9%. A diferença aumenta entre aqueles com 60 anos ou mais. Enquanto 9,5% dos brancos não sabem ler ou escrever, entre os pretos e pardos, esse percentual é cerca de três vezes maior: 27,1%.

É bastante heterogêneo o grupo de pessoas que abandonaram precocemente os seus estudos por fatores extraescolares, sociais que tem a ver com pobreza, necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, mas também por fatores educacionais em função do fracasso escolar, de terem tido uma trajetória escolar interrompida, malsucedida com sucessivas reprovações que acabam desestimulando e levando ao abandono escolar precoce.

Vale ressaltar que as causas da evasão escolar são variadas: podem ser de ordem socioeconômica, cultural, geográfica e didática. Paro (2001) ainda enfatiza que a grande maioria da população das nossas escolas é carente e vive em um círculo de problemas de ordem cultural, afetiva, material e psicológica. A escola deve, então, criar ações para diminuir o índice de evasão escolar, ações que estimulem tanto o aluno a permanecer em sala de aula como aproximar a família do ambiente escolar. A participação e o envolvimento da família com a vida escolar são fundamentais para o bom desempenho e a permanência do aluno na escola. (Paro, 2001, apud OLIVEIRA E NÓBREGA, 2021. P. 1)

Um aspecto que é relevante na história da educação brasileira é o direito à educação para todos, adquirido recentemente na constituição de 1988, (Brasil, 1988). Nesse conjunto populacional com mais idade no decorrer da história há uma interdição do direito à escola. Mesmo que a constituição de 34 (BRASIL, 1934) registre que “a educação é direito de todos,” os jovens e adultos não usufruíam desse direito assegurado em lei, como não bastasse a falta de políticas públicas para o grupo em questão, garantiram, o direito do voto do analfabeto pela emenda constitucional de 1969, (BRASIL, 1969) de certa forma queriam garantir os votos dos analfabetos, mas não tinha interesse em alfabetizá-los.

Ao analisar o histórico da Educação de Jovens e adultos no primeiro capítulo desta pesquisa, observa-se que, às vezes, mesmo constando em lei a garantia da educação para todos, dificilmente esse direito chegava aos jovens e Adultos. Difícil de aceitar essa realidade tão forte, porque a educação é um direito social, mesmo que tardiamente conquistado pela cidadania brasileira.

Na contemporaneidade o aspecto do intraescolar tem sido muito importante para o entendimento do aumento da taxa do número de jovens e adultos na escola, mesmo esse universo sendo bastante heterogêneo. Faz parte desse universo o enfrentamento do machismo contra às mulheres, em casa é responsabilidades dessas cuidar da casa, dos filhos e do marido, é ela quem lava a roupa, passa o ferro, limpa a casa e faz a comida, tudo isso sobrecarrega a mulher, impedindo-a de estudar.

Sendo assim, a identidade de mulheres e homens é construída socialmente, levando em consideração os aspectos sociais, culturais, políticos etc. Tal construção não pode ser denominada de 'natural', porém, é comum ouvir que é 'natural' da mulher realizar serviços domésticos e do homem realizar serviços em âmbito público, por exemplo. Isso faz pensar que de tanto encarar o doméstico como feminino, este espaço se torna 'naturalmente' feminino, o que descaracteriza a história, a cultura e outros aspectos. O mesmo acontece com os ambientes ditos 'naturalmente' masculinos. (OLIVEIRA e MAIO, 2016, p. 7)

A questão do trabalho é muito forte, mas no caso das mulheres em especial, aquela marca de que quando era mais nova o pai impedia porque falava que a jovem queria ir à escola para aprender a escrever carta, isso ainda é atual, quando se casa, às vezes, pensa que se livrou de um pai controlador, mas casa com um marido que também é tão controlador ou mais que o pai.

O machismo presente em nossa sociedade é um dos fatores que dificultou e ainda dificulta a ida das mulheres para a escola, aumentando as explicações porque esse grupo não chegou a estudar quando mais nova.

Apreende-se que a violência contra as mulheres é uma manifestação da violência de gênero. Esta demarcação é relevante, pois comumente ambas têm sido tratadas como sinônimos. Portanto, devido ao seu caráter multifacetado é que a violência feminina no âmbito da violação de direitos também adentra o cenário educacional, uma vez que, dentre outras consequências, interfere na trajetória escolar das mulheres. Dentre os motivos que abarcam o fenômeno, encontra-se principalmente a busca por empregos para prover o sustento da família. Para elas, soma-se a ordem de gênero como: casamento, gravidez, trabalho doméstico, autoridade do companheiro e a violência conjugal nas suas diversas formas de manifestação. (ROCHA, 2007, p. 49)

Hoje o gênero feminino no Brasil conquistou uma ampliação de acesso à escola em todos os níveis de ensino só perde em relação às mulheres com idades mais avançadas. A taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade ou mais por gênero no período 2004 – 2012 cresceu mais entre as mulheres, indo de 88,8% para 91,6%, enquanto nos homens cresceu de 88,4% para 91,0%. BRASIL, MEC, (2014, p. 40).

Ainda que persistam desafios, as mulheres brasileiras conquistaram vagas nas universidades (onde já são maioria) e ocupam posições estratégicas na vida econômica, social e política do país. Exemplo claro nesse sentido foi a eleição de uma mulher para presidente da República e várias governadoras e prefeitas em estados e municípios. É verdade que no passado as mulheres foram segregadas e seu direito à educação foi negado. Atualmente, como a análise dos dados relativos a gênero mostrará, inexistem diferenças de acesso à escola entre mulheres e homens. Há, certamente, nichos específicos onde sua presença é maior ou menor – por exemplo, as

ocupações profissionais associadas ao cuidado e à educação contam predominantemente com presença feminina.

O Público-alvo da educação de jovens e adultos tem direito à educação, mas a cobertura escolar ainda não alcançou a todos, hoje há a oferta dessa modalidade nas escolas, porém a procura não é o que se esperava, assim advém mais um desafio na Educação de Jovens e adultos. Há oferta, mas não há a procura esperada. Conforme o site IBGE Educa, (2020).

Um dado importante sobre educação é o percentual de pessoas alfabetizadas. No **Brasil**, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) **2019**, a taxa de **analfabetismo** das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em **6,6%** (11 milhões de analfabetos).

A educação de Jovens e adultos, ainda tem um modelo muito rígido, pouco apropriado do ponto de vista da organização, pedagógico, metodológico, a seleção dos conteúdos, infelizmente não dão conta de atender as necessidades educativas dos educandos que provavelmente já ingressaram no mercado de trabalho, já tem outras responsabilidades. É oferecido um modelo de educação que não conversa com a realidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

1º - Partir da prática concreta - Perguntar, problematizar a prática. São as necessidades práticas que motivam a busca do conhecimento teórico. Tais necessidades constituem o problema, aquilo que é necessário solucionar. Supõe, pois, identificar fatos e situações significativas da realidade imediata. 2º.- Teorizar sobre a prática - Ir além das aparências imediatas, desvelar, refletir, discutir, estudar criticamente, buscando conhecer melhor o tema problematizado. 3o - Voltar à prática para transformá-la - Voltar à prática com referenciais teóricos mais elaborados e agir de modo mais competente. (FERREIRA, 1990, p. 52.)

É necessário pensar a EJA de maneira que a sua organização dialogue com os sujeitos envolvidos. Cabe aos professores, educadores repensar uma escola para esse sujeito que é diferente do sujeito atendido no ensino comum, jamais se pode infantilizar o adulto, alfabetizar criança é diferente de alfabetizar um adulto. Paulo Freire já instruiu através do seu método de alfabetização, ele diz que o primeiro movimento é conhecer o mundo, o lugar onde as pessoas estão, é necessário que o Educador conheça a realidade do educando, que exerça uma educação baseada no diálogo, na indagação, na conscientização para a transformação do sujeito e do meio em que ele está inserido.

Na década de 1950, Paulo Freire surge com a proposta de uma educação de adultos que estimulasse a colaboração, a decisão, a participação e a responsabilidade social e política em face de outra concepção de educação neutra, alienante e universalizante. O método de Freire tinha, como ponto de partida, a realidade dos sujeitos, como metodologia, o diálogo, tendo em vista alcançar a conscientização para a transformação da realidade. (BASTOS e HINCKEL, 2011, p. 86)

Trabalhar a cultura da educação de jovens e adultos, há a necessidade de diferenciar da forma como se trabalha com o aluno na sala comum, porém essa prática é muito utilizada, ainda, fazendo com que o sujeito seja invisibilizado, não notado, o mundo importante é o do outro, menos o do jovem e adulto que retorna aos estudos. Como diz Gadotti que (2008, p.17):

No mínimo, esses educadores precisam respeitar as condições culturais do jovem e do adulto analfabeto. Eles precisam fazer o diagnóstico histórico-econômico do grupo ou comunidade onde irão trabalhar e estabelecer um canal de comunicação entre o saber técnico (erudito) e o saber popular.

O modelo escolar, na prática se distancia do seu público que é diferente e necessita de professores diferentes, escolas diferentes. As redes estruturam o sistema escolar conforme a tradição. Trabalham com a ideia de que só se consegue se estabelecer se trabalhar com a escola voltada para a uniformidade de propostas, abandonando a possibilidade de trabalhar com a unidade de princípios, de objetivos de entendimento, de especificidade, do local para o global, da realidade e acaba matando toda a riqueza e beleza da educação de jovens e adultos, sem contemplar os pequenos voos que se pode dar com propostas específicas e condizentes com o público-alvo. como bem explica Pedro Demo (2002, p.17):

Supõe que o professor se interesse por cada aluno, busque conhecer suas motivações e seus contextos culturais, estabeleça com ele um relacionamento de confiança mútua, tranquila, sem decair em abusos e democratismos. Trata-se sempre de aprender junto, instituindo o ambiente de uma obra comum, participativa. A experiência do aluno será sempre valorizada, inclusive a relação natural hermenêutica de conhecer a partir do conhecido. O que se aprende na escola deve aparecer na vida.

Um dos problemas quando se aborda a educação de jovens e adultos é que pelo menos se volta no tempo umas duas décadas, pois vem à mente aquele modelo do ensino supletivo em que as pessoas só conseguem pensar nessa modalidade

como uma porta de aceleração, de terminar mais rápido os estudos, veem a educação de jovens e adultos, meramente, como uma reposição de uma escolaridade não realizada.

Mais de três décadas depois, e mesmo após a promulgação em 1996 da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n. 9.394, a cultura escolar brasileira ainda encontra-se impregnada pela concepção compensatória de educação de jovens e adultos que inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência. Ao focalizar a escolaridade não realizada ou interrompida no passado, o paradigma compensatório acabou por enclausurar a escola para jovens e adultos nas rígidas referências curriculares, metodológicas, de tempo e espaço da escola de crianças e adolescentes, interpondo obstáculos à flexibilização da organização escolar necessária ao atendimento das especificidades desse grupo sociocultural (PIERRO, 2005, p. 4)

Pensar a educação de adultos como reposição é olhar o sujeito como incapaz e ele não sabe, não aprendeu por não ter ido à escola, nesse campo simbólico, o sujeito é visto de maneira diminuída, o olham pela negação, porém esse indivíduo deveria ser visto com um ser histórico, possuidor de uma história e que ao longo da vida acumulou saberes.

A escola precisa enxergar o sujeito da EJA, procurar saber quais são os seus projetos que ele tem para a vida presente e futura, quais são as suas necessidades de aprendizagem. Como a escola pode organizar o currículo, a metodologia, a forma de organização escolar que responda as necessidades do educando jovem e adulto.

Para além do processo de transmissão de conteúdos emergem outras questões importantes que nos chamam a atenção. No mesmo espaço entrecruzam-se diferentes dimensões: intergeracionais, socioeconômicas, étnico-raciais, orientações sexuais; e a inclusão de pessoas com deficiência e das experiências e expectativas de vida dos indivíduos em torno do processo de escolarização da EJA. Experiências ricas e que, de certa forma, são pouco ou quase nunca exploradas nas aulas (SILVA, 2009, p. 64).

Paulo Freire ao elaborar o método de alfabetização para jovens e adultos baseou na sua vivência, por exemplo, sobre o entendimento do público jovem e adulto, defendia que esse sujeito não é o sujeito da falta, é o sujeito com potencial que ao trazer suas expectativas, traz sua bagagem, traz seu conhecimento, traz seu trabalho, traz sua vivência de mundo. Assim como Freire Zluhan e Raitz (2014, p. 34), dizem:

a escola não pode ser somente considerada transmissora de conhecimentos, mas sim: [...] um local privilegiado de aprendizagens e vivências cidadãs e democráticas, e, quando se fala na defesa, na efetivação e na universalização dos direitos humanos, precisa-se considerar os seres humanos/alunos como seres sociais, inseridos em uma organização social, na qual devem ser

asseguradas as condições para que eles se desenvolvam e venham a viver com dignidade e igualdade

Cabe a escola dialogar com esse conhecimento que é diferente de repor aquele conteúdo igual quando ele estava lá na terceira série e interrompeu os estudos. É como se a vida tivesse congelado por mais de 30 anos, como se o sujeito não tivesse vivência, nem aprendizagens e que essas aprendizagens hoje servem para dialogar com a ampliação do conhecimento escolar.

A história dos jovens e adultos que evadem no ensino regular é muito acidentada, pois são aquelas crianças que tiveram dificuldades de aprendizagem que ficaram numa condição de analfabetização, tiveram sucessivas reprovações e que, portanto, abandonam a escola e depois quando confrontadas com o mercado de trabalho com a vida família etc. Sentem-se obrigadas a retornar à escola, acreditando que agora é diferente exercer o direito à educação, pois na infância e na adolescência eram obrigadas pela família, pela sociedade, mas agora são motivadas pela necessidade de conservar o emprego.

O adulto no âmbito da educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização. Ele é geralmente o migrante que chega as grandes metrópoles provenientes das áreas rurais empobrecidas, filhos de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou cursar algumas séries do ensino supletivo. (OLIVEIRA, 1999 p. 59)

Já se construiu uma cultura do direito à educação na infância e de que na idade adulta essa escola tem que ser uma escola muito mais empática, deveria ser para criança também, se a escola não for empática, se não atender as necessidades de aprendizagem, se a relação professor e aluno não for algo acolhedor, o jovem e adulto acaba desistindo.

A melhoria concreta das condições de vida de toda a população passa também por entender a alfabetização como um ato político como um direito e não um favor.

a educação é entendida como o ato de produzir, direta e intencionalmente em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Em outros termos, isso significa que a educação é entendida como mediação no seio da prática social. A

prática social põe-se, portanto, como ponto de partida e o ponto de chegada da prática educativa. (SAVIANI, 2007, p. 420)

Os desafios vivenciados pelos jovens e adultos no decorrer de sua vida favorecem o retorno a escola, tornando-se este um dos caminhos favoráveis da inclusão social, da permanência no emprego, entretanto, muitas vezes, os alunos não possuem estímulos e nem tempo para estudarem e quando encontram deparam-se com barreiras que muitas vezes os impedem de continuarem na escola.

A escola precisa oportunizar a essa clientela recursos favoráveis ao desenvolvimento como cidadãos críticos, conscientes de sua realidade, atuantes na coletividade, pois, a aprendizagem da leitura e escrita proporciona a inclusão do jovem e adulto na vida em sociedade, em contato com os bens culturais e, quando adquirem novos conhecimentos conquistam a autonomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs, como objetivo provocar uma reflexão sobre os desafios da Educação de Jovens e adultos, analisando o analfabetismo como consequência das desigualdades sociais e econômicas bem como as dificuldades enfrentadas por pessoas das periferias e do sertão nordestino, que na luta pela sobrevivência não tiveram tempo nem condições de ir à escola, conseqüentemente, hoje são jovens, adultos e idosos analfabetos ou semianalfabetos.

O tema: Os Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: O Analfabetismo Como um Problema Social foi pensado a partir de uma experiência pessoal, que vivenciei há mais de vinte anos, a qual me fez refletir sobre as dificuldades e desafios enfrentados por aqueles que querem estudar e vivem no sertão nordestino, lugar de difícil acesso e falta de recursos, onde impera a desigualdade social e apresenta segundo o IBGE a maior taxa de analfabetismo no Brasil.

Buscou-se junto a documentos oficiais traçar o histórico percorrido pela Educação de Jovens e Adultos, desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Percebeu-se que essa modalidade, em todo seu percurso foi permeado de descaso, falta de políticas públicas e falta de uma metodologia voltada para atender as reais necessidades do jovem e adulto.

Observou-se que a luta para combater e erradicar o analfabetismo no País, teve início muito tardiamente. Pode-se até afirmar que começou em meados de 1934, ou um pouco antes, foi mencionada na Constituição Federal de 1934. De lá até aos dias atuais, muitas mobilizações da sociedade com os governos foram esboçadas com a intenção de acabar com o analfabetismo, sem que, entretanto, isso se tornasse realidade plenamente.

Constatou-se que a educação de jovens e adultos tem que partir da incorporação da cultura e da realidade vivencial dos educandos como ponto de partida das práticas educativas, levando em conta os saberes desses alunos que os valorize e incorporem ao invés de ignorá-los.

Para garantir a alfabetização dos jovens e adultos Paulo freire criou um método que foi muito mais uma filosofia para a educação, uma teoria de conhecimento do que um método propriamente dito, pois não se tratava de uma metodologia sistemática e sim um procedimento pedagógico, um movimento cultural, porque não se tratava de uma atividade em sala de aula ou simplesmente uma atividade que fique

dentro dos limites de sala de aula ou no lugar destinado ao momento do círculo de cultura.

Pode-se chegar, assim, a algumas conclusões: A Educação de Jovens e Adultos de acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar (2020) indicam os efeitos primários da pandemia da covid-19, aliada ao contexto de violação de direitos subjacente em nosso país. A EJA registrou a queda mais acentuada no número de matriculados entre todas as modalidades de educação, O número de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) diminuiu 21,8% entre 2018 e 2022 chegando a 2,8 milhões em 2022. A queda no último ano foi de 6,3%, ocorrendo de forma desigual nas etapas de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 1,9% e 12,5% respectivamente. (CENSO ESCOLAR, 2022).

Constatou-se que o método de Paulo Freire no sentido social e político desperta a cidadania e a transformação literal, primeiro, busca as palavras e seus significados e depois busca o significado social, diante disso pode ser utilizado pelos professores não só para alfabetizar jovens e adultos, mas para trabalhar qualquer temática dentro dos espaços escolares, contribuindo assim na transformação sociopolítica do educando.

Verificou-se que a alfabetização é um ato político, essa dimensão política da alfabetização é muito mais do que ensino de grafema e fonema muito mais do que a junção de sílabas que resulte em palavras é sobretudo a leitura de mundo que se dá por meio do acesso à linguagem escrita e falada, tecendo a história de vida de consciência política.

Confirmou-se que o público usuário da Educação de Jovens e adultos é bastante heterogêneo, são pessoas que abandonaram precocemente os seus estudos por fatores extraescolares, sociais que tem a ver com pobreza, necessidade de ingresso precoce no mercado de trabalho, mas também por fatores educacionais em função do fracasso escolar, de terem tido uma trajetória escolar interrompida, malsucedida com sucessivas reprovações que acabam desestimulando e levando ao abandono escolar precoce.

Ao pesquisar a Educação de Jovens na contemporaneidade, o aspecto do intraescolar tem sido muito importante para o entendimento do aumento da taxa do número de jovens e adultos na escola, mesmo esse universo sendo bastante heterogêneo.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens e adultos ao procurar a escola em busca da tão sonhada alfabetização, além dos fatores extraescolares, sociais, ingresso no trabalho, fracasso escolar, trajetória escolar interrompida, malsucedida com sucessivas reprovações, há também o enfrentamento do machismo contra às mulheres, modelo da EJA muito rígido, pouco apropriado do ponto de vista da organização, pedagógico, metodológico, a seleção dos conteúdos, infelizmente não dão conta de atender as necessidades educativas dos educandos. É oferecido um modelo de educação que não conversa com a realidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

. Por fim, é necessário pensar a EJA de maneira que a sua organização dialogue com os sujeitos envolvidos. Cabe aos professores repensar uma escola para esse sujeito que é diferente do sujeito atendido no ensino comum, jamais se pode infantilizar o adulto, alfabetizar criança é diferente de alfabetizar um adulto. Paulo Freire já instruiu através do seu método de alfabetização, ele diz que o primeiro movimento é conhecer o mundo, o lugar onde as pessoas estão, é necessário que o Educador conheça a realidade do educando, que exerça uma educação baseada no diálogo, na indagação, na conscientização para a transformação do sujeito e do meio em que ele está inserido.

A escola precisa enxergar o sujeito da EJA, procurar saber quais são os seus projetos que ele tem para a vida presente e futura, quais são as suas necessidades de aprendizagem. Como a escola pode organizar o currículo, a metodologia, a forma de organização escolar que responda as necessidades do educando jovem e adulto.

A escola precisa oportunizar aos jovens e adultos recursos favoráveis ao desenvolvimento como cidadãos críticos, conscientes de sua realidade, atuantes na coletividade, prepará-los para a solução de problemas e a enfrentar as dificuldades que assolam essa modalidade e o seu público-alvo e assim participem ativamente da vida em sociedade.

Foi constatado a importância do método Paulo Freire, das cinco fases que garantem a alfabetização do Jovem e adultos começando com a inserção no mundo do educando, a partir de suas necessidades, priorizando seu avanço gradativo e garantindo a aprendizagem significativa, portanto o uso do método de Paulo Freire constitui-se uma mudança de concepção, revela o princípio de que o aluno é sujeito ativo e protagonista de seu próprio aprendizado na busca por uma educação de qualidade, visando à formação global e consciente do educando.

Desenvolver esta pesquisa proporcionou um grande aprendizado sobre o tema abordado, despertando inquietações sobre o fazer pedagógico do professor, mobilizando-me no exercício de transpor para o papel as reflexões construídas a partir do método de Paulo Freire e das leituras do quadro teórico. Assim foi possível conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos, os desafios que permeiam essa modalidade. Na construção deste trabalho por meio de reuniões online com a orientadora, pesquisas e construção do texto, no exercício de escrever e deletar, ler e reler, identificando-me cada vez mais com a visão de Paulo Freire, ficou evidente a importância dessa temática para os educadores principalmente aqueles que trabalham com a modalidade em questão, pois o educador precisa conhecer a realidade do educando e exercer uma educação baseada no diálogo, na indagação, na conscientização para a transformação do sujeito e do meio em que ele está inserido.

REFERÊNCIAS

ABREU: Anderson Carlos Santos de et al. **Educação de jovens e adultos**: caderno pedagógico 1. ed. – Florianópolis : UDESC: UAB: CEAD, 2014. Disponível em <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/560957/2/edu%20jovens%20adultos%20Web.pdf>. Acesso em 16 abril 2023.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3a. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

Asphe, R. (2012). **Annaes da Conferência Interestadual de Ensino Primário - 1921**. *Revista História Da Educação*, 8(15), 171–193. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30287>. Acesso em: 15 maio 2023.

BASTOS, Viviane; HINCKEL, Nágila Cristina. **Alfabetização e políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil** : livro didático – 1. ed. rev. – Palhoça : UnisulVirtual, 2011.

BRASIL. **Resolução** nº 01/2021 DE 25 de maio de 2021. Disponível em : https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao/acesso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em: 15 março. 2023.

_____. **Constituição (1824)**. Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 15 março. 2023.

_____. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm. Aceso em: 15 abril. 2023.

_____. **DECRETO Nº 16.782-A, DE 13 DE JANEIRO DE 1925**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16782aimpressao.htm. Acesso em 22 maio. 2023.

_____. **Relatório do Ministro dos Negócios**, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 1833. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1833.

_____. Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. **Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte**. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, parte 2, p. 45, 1854.

_____. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 5692 de 11 de agosto de 1971**. Estabeleceas Diretrizes e Bases da Educação Nacional. BRASIL. Congresso Nacional. Decreto nº 3.029. 09 de janeiro de 1881.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Nacional**: Lei nº 9.394/96.

_____. **Lei 13.005, de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação

_____. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Brasília, 1961. Disponível em: < <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346> >. Acesso em: 05 maio. 2023.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília: maio de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf. Acesso em: 15 maio. 2023.

_____. MEC. **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA** / organizado por Timothy Denis Ireland e Carlos Humberto Spezia. – Brasília: UNESCO, 2012. 276 p. Disponível em: <https://ceunes.ufes.br/sites/ceunes.ufes.br/files/field/anexo/ed145_def_cb.pdf>. Acesso em: 20 Maio. 2023.

_____. MEC. Programa Brasil Alfabetizado. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em: 22 maio 2023.

_____. Ministério da Educação. Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000-2105 / Ministério da Educação. – Brasília : MEC, 2014. 105 p., il. Disponível em: https://www.sinesp.org.br/images/2018/EDUCA%C3%87%C3%83O_para_todos.pdf. Acesso em: 15 abril. 2023.

Br/artigos/19/26/**as-politicas-publicas-de-educacao-de-jovens-e-adultos-do-brasil colonia-a-ldb-n-939496**. Acesso em: 20 março. 2023.

BECK; Caio. (2016). **Método Paulo Freire de alfabetização. Andragogia Brasil**. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao/>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire?** 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura Rebelde**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2019.

censo escolar da educação básica. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 27 maio 2023.

Ciências e Tecnologia UNESP - Presidente Prudente – SP. Disponível em: hellendcosta@yahoo.com.br e; rotta@fct.unesp.br . Acesso em: 10 março, 2023.

Constituição (1934). Lex: **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em :18 abril. 2023.

DAVID, Costa Hellen; FURLANETTE R. F. P Fátima. **O Programa de Alfabetização Solidária e a erradicação do analfabetismo no Brasil**. Maria - Faculdade de

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DIAS, Deniza Moura; GOMES, Manoel Messias. **As políticas públicas de educação de jovens e adultos do Brasil Colônia à LDB nº 9.394/96**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 26, 22 de outubro de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu>. Acesso em 20 abril de 2023.

Diário Oficial da União - Seção 1 - 26/11/1985, Página 17214 (Publicação Original). **Coleção de Leis do Brasil** - 1985, Página 325 Vol. 8 (Publicação Original). Decreto nº 91.980, de 25 de novembro de 1985.

Dickmann Ivo, Dickmann Ivanio. **Paulo Freire: método e didática**. (Coleção Paulo Freire, v. 3). 1.ed. – Chapecó: Livrologia, 2020.

ENEJA.1999. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/doc_eneja_rio_1999.pdf. Acesso em: 20 maio. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação com Prática da Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 80.ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 256pp

FREIRE, Vitória Chérída Costa E; PAULA, Karolynne Barrozo de. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MÉTODO LANCASTERIANO DURANTE O IMPÉRIO BRASILEIRO. **XII Encontro Cearense de História da Educação. II Encontro**

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire: Princípios e práticas de uma concepção popular de educação**. (Dissertação em Filosofia da Educação), USP: São Paulo, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967. 157 p.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire/Paulo Freire; [tradução de Kátia de Melo e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados. Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Ferreira, Nicholas Gabriel Minotti Lopes. O papel da experiência na filosofia de John Dewey Vol. 4, nº 2, p. 147 a 156, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/nicholasminotti.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

FERREIRA, Maria José Vale. Princípios político-pedagógicos do MOVASP. São Paulo, MOVA-SP, Caderno nº. 2, Secretaria Municipal de Educação, abril de 1990. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: Teoria, Prática e Proposta**. 10. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008;

GRAÇA, Adjuto. Analfabetismo cai, mas Brasil ainda tem 11 milhões sem ler e escrever. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/taxa-cai-levemente-mas-brasil-ainda-tem-11-milhoes-de-analfabetos>. Acesso em: 10 abril 2023.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortes, 2008.

IBGE Educa. **Conheça o Brasil População Educação**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20 para, mulheres%2C% 206% 2C3% 25>. Acesso em: 15 maio. 2023.

LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete método lancasteriano. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/metodo-lancasteriano/>>. Acesso em 14 maio. 2023.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em 20 mai 2023.

MICHAELIS, **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portuguesbrasileiro/m%C3%A9todo/>. Acesso em 10 maio 2023.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/** Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2004.

Nacional do Núcleo de História e Memória da Educação. GT3. Práticas Educativas, p. 671 a 679. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39161/1/2013_eve_kbpaula.pdf. Acesso em 14 maio 2023.

NISKIER, Arnaldo. *Educação Brasileira: 500 anos de História*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

OLIVEIRA, M.; MAIO, E. R. **“Você tentou fechar as pernas???” a cultura machista impregnada nas práticas sociais**. *Polêmica*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 1-18, jul./ago./ set. 2016 . Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>. Acesso em : 25 abril. 2023.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PROEJA Brasília, agosto 2007 Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Documento Base Educação Profissional Técnica de Nível Médio / **Ensino Médio Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**.

PEREIRA, Lucila Conceição. **Método Lancaster**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/metodo-lancaster/>. Acesso em 14 maio. 2023.

PIERRO, Maria Clara Di. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005 1135. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/mbngdHjkWrYGVX96G7BWNrg/?format=pdf>. Acesso em: 15 maio. 2023

PNE- **PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**, 1962.

Rede das Escolas Associadas PEA-UNESCO - Regional. **HISTÓRIA DA UNESCO NO 70º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO**. São Paulo Março/2015.

OLIVEIRA, Francisco Lidoval de; NÓBREGA, Luciano. **Evasão escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira**. *Revista Educação Pública*, v. 21, nº19, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 28 abril. 2023.

OLIVEIRA, Maria Kohi. Jovens e adultos com o sujeito de conhecimento e aprendizagem. In: *Revista Brasileira de Educação* nº 12. Set. 1999.

ROCHA, L. M. L. N. **Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero**. São Paulo: Veras Editora, 2007.

SANTOS, Ivonete Maciel Sacramento dos. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil**, 07 de fevereiro de 2008. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil/4105/>. Acesso em: 21 maio. 2023.

SANTOS, Ana Paula Borges dos Reis Queiroz; SANTOS, Elane Gomes dos. **A influência de Paulo Freire no processo de Ensino Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos**. 2019 Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-influencia-paulo-freire-no-processo-ensino-aprendizagem-educacao-jovens-adultos.htm>. Acesso em: 21 maio. 2023.

SAVIANI, Demerval. **A Nova lei da educação: trajetórias, limites e perspectivas**. 4ª. Ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2000.

SAVIANI, D. **As pedagogias contra-hegemônicas**. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2007.

SILVA, Alessandra Pires da; SANTOS, Claitonei de Siqueira. **História da Educação no Brasil: Tentativas de Estruturação e Organização Escolar no Período Imperial**. Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debatem.V5,N. 1, p. 39 a 53, maio. 2019. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaSE/article/view/367/294>. Acesso em: 14 maio. 2023.

SOUZA, Clécio Silva e. **Educação e História da Educação no Brasil**. Disponível em: [https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Per%C3%ADodo%20Imperial%20\(1822%2D1889\)](https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Per%C3%ADodo%20Imperial%20(1822%2D1889).). Acesso em: 14 maio. 2023.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova: 1932**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas Ltda., 1989. 56p

ZLUHAN, R. M. RAITZ, R. T. **A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas**. Rev. bras. Estud. pedagogia, Brasília, v. 95, n. 239, p. 31-54, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a03v95n239.pdf> Acesso em: 08 maio 2023.